



**PARECER PRÉVIO Nº 43/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10105/2013**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Itamarati.

**4- Exercício:** 2012.

**5- Responsáveis:** Sr. João Medeiros Campelo, Prefeito Municipal de Itamarati.

**6- Unidade Técnica:** DICOP- Informação nº 176/2014 (fls. 4203/4204).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 648/2014-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 4198/4203).

**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itamarati. Exercício de 2012.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **em unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em convergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO**, recomendando a **DESAPROVAÇÃO** das Contas da Prefeitura de Itamarati, exercício de 2012, de responsabilidade do Senhor **João Medeiros Campelo**, como Chefe do Executivo Municipal, tudo nos termos do art. 31, parágrafos 1º e 2º da CF/88 c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, I, da LC n. 06/91 e art. 1º, I e art. 29 da lei n. 2423/96 e art. 3º da Resolução nº 09/97-TCEAM;

**9- Ata:** 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**10- Data da Sessão:** 03 de setembro de 2014.

**11- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.



**PARECER PRÉVIO Nº 43/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente, em exercício

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro- Relator

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro Convocado

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTASACÓRDÃO Nº 43/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2014)**1- Processo TCE nº 10105/2013.****2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Itamarati.**4- Exercício:** 2012.**5- Responsáveis:** Sr. João Medeiros Campelo, Prefeito Municipal de Itamarati.**6- Unidade Técnica:** DICOP- Informação nº 176/2014 (fls. 4203/4204).**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 648/2014-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 4198/4203).**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itamarati. Exercício de 2012.*Contas Irregulares. Alcance. Prazos. Comunicação ao Poder Executivo de Itamarati. Multa ao responsável. Instauração de Cobrança Executiva. Comunicação à CGU. Determinação e orientação à origem. Recomendação a Comissão de Inspeção.***9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Sr. Conselheiro-Relator, no sentido de:

**9.1- Julgar Irregulares** as Contas da Prefeitura Municipal de Itamarati, exercício de 2012, de responsabilidade do Senhor **João Medeiros Campelo**, na condição de Ordenador das Despesas, nos termos dos art.71, II e art.75, da CF/88 c/c art.40, II, da CE/89 e art.1º II, arts. 2º e 5º da lei nº 2423/96 com fundamento no art.18, da LC nº 06/91 c/c o art.22, III, alínea “b”, c/c art. 25 da lei nº 2423/96 - LO/TCE;

**9.2- Glosar a quantia de R\$ 3.491.670,45 (três milhões, quatrocentos e noventa e um mil, seiscentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos) ao Senhor João Medeiros Campelo**, Prefeito Municipal de Itamarati e Ordenador das Despesas, à época, devendo ainda o responsável ser considerado em **ALCANCE**, na forma abaixo discriminada:

**9.2.1- R\$ 3.057.969,15 (Três milhões, cinquenta e sete mil e novecentos e sessenta e nove reais e quinze centavos)**, referentes aos itens 7.2 à 7.5 das restrições do Relatório Conclusivo da DICOP (fls. 4132/4180);

**9.2.2- R\$ 68.137,56 (Sessenta e oito mil e cento e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos)**, referentes ao item 04 das restrições do Relatório Conclusivo da C/DICAMI (fls.497);





**ACÓRDÃO Nº 43/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2014)**

9.9.3- Que providencie a realização de concurso público destinado a reduzir a quantidade de cargos comissionados.

**9.10- RECOMENDAR** à próxima Comissão de Inspeção que verifique se foram cumpridas as determinações/orientações desta Corte;

**9.11- REMETER** cópia da documentação pertinente à decisão desta Corte e às auditorias realizadas ao Ministério Público do Estado, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, em atenção ao artigo, 22, inciso III, §3º, da Lei nº2423/96 c/c o artigo 190, inciso III, alínea “b”, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

**9- Ata:** 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**10- Data da Sessão:** 03 de setembro de 2014.

**11- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho.

**12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente, em exercício

**JULIO CABRAL**

Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral